

A IDEOLOGIA DO AZUL E DO ROSA: SEXUALIDADE E GÊNERO NA EDUCAÇÃO

THE IDEOLOGY OF BLUE AND PINK:
SEXUALITY AND GENDER IN EDUCATION

Shirlei Alexandra Fetter

Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle (Canoas/Brasil). Bolsista Capes.
E-mail: fettershirlei@gmail.com

Denise Regina Quaresma da Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/ Brasil).
Professora da Universidade La Salle (Canoas/Brasil). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.
E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

Recebido em: 12 de setembro de 2021
Aprovado em: 6 de novembro de 2021
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RPR | a. 19 | n. 1 | p. 05-21 | jan./abr. 2022
DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1.2329>

RESUMO

Apresentamos como temática a identidade sexual e de gênero no espaço educativo. Este artigo teve como objetivo investigar, através de revisão sistemática, as principais questões de identidade sexual e de gênero na educação. Enquanto metodologia, buscou-se descrever a temática em estudo através do diálogo entre autores. Deste modo, os resultados apresentam – sob específica atenção – o que se diz em respeito à valorização do ser, sujeito de direto e pertencimento aos ambientes sociais. Conclui-se que o espaço educativo, enquanto instituição escolar e na capacidade de despertar a esperança, permite ao discente superar os seus anseios e medos, satisfazendo suas necessidades e aspirações.

Palavras-chave: Sexualidade. Identidade. Educação. Gênero.

ABSTRACT

We present as a theme the sexual and gender identity in the educational space. This article aimed to investigate, through a systematic review, the main issues of sexual and gender identity in education. As a methodology, we sought to describe the subject under study through dialogue between authors. In this way, the results are presented - under specific attention - what is said in regard to the valorization of being, subject of direct and belonging to social environments. It is concluded that the educational space, as a school institution and in the capacity to awaken hope, allowing the student to overcome their desires and fears, satisfying their needs and aspirations.

Keywords: Sexuality. Identity. Education. Genre.

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se apresentar que a concepção contemporânea de educação está diretamente relacionada ao meio social. Todo ser humano recebe as influências do seu meio, ao qual fazem parte as concepções, valores e juízos. A partir destes princípios, cada ser humano elabora suas concepções específicas.

A pesquisa desenvolvida, no período de dois anos, sobre a formação de professores, instigou o estudo sobre o tema: identidade sexual e de gênero no espaço educativo. Em vista disso, será dada continuidade à pesquisa, enfatizando as questões que se referem à identidade sexual e de gênero na educação. No Brasil, a hegemonia religiosa cristã fundamenta a heteronormalidade e reprime a diversidade sexual. Na atualidade, a diversidade sexual tem sido pauta frequente em discussões; a homofobia, na mesma proporção, manifesta-se como resultado do preconceito relacionado à sexualidade homoafetiva, uma vez que a heterossexualidade é concebida como natural e aceitável. Em consequência deste entendimento – heterossexualidade como modelo de normalidade –, exclui-se o reconhecimento à sexualidade de estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs), suprimindo, conseqüentemente, a identidade de gênero do currículo e do gerenciamento pedagógico.

Considerando esta premissa, Miskolci (2012) teoriza os desafios de uma educação voltada ao reconhecimento e à diferença da diversidade sexual em sua pluralidade. Segundo o autor, a dificuldade vem ao encontro dos educadores, uma vez que partem do pressuposto de que o “ato de educar” é neutro. De encontro, Freire (1996) ressalta que educar é um ato político e a educação não é neutra. Omitir a dimensão pedagógica da prática docente é o mesmo que institucionalizar o preconceito. Não raro, toma-se conhecimento que a instituição escolar é, também, influenciada pelos mais diversos valores sociais e, por vezes, institucionaliza o discurso normativo dentro da sala de aula. Assim, o silenciamento escolar por meio dessas práticas contribui para o preconceito. A escola é o espaço em que as diferenças e pluralidade de pensamentos dialogam; conforme a afirmação de Santos (2001, p. 28), temos “o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Quanto a essa afirmação, as instituições de ensino, através da gestão da prática pedagógica, devem contemplar e combater os estereótipos negativos no intuito de promover a aceitação das diferenças. Outro fator que se aborda é o desafio de um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão. Ao firmar que a identidade sexual e de gênero contextualiza o preconceito e a discriminação, na instituição escolar, não se deixou de abordar o seu conceito em específico. Não menos importante, discorreu-se sobre as características de gênero e sexualidade e as influências culturais sobre os termos (LOURO, 2015).

Levando-se em consideração os aspectos já mencionados, apresenta-se a identidade de gênero como conceito em que se define o modo como o ser se identifica (LOURO, 2009). Sua identidade consiste em seu gênero, que representa como a pessoa se reconhece: masculino ou feminino, um e outro ou inexistente. O que delibera a identidade de gênero, de acordo com os conceitos de Louro (2009), é o modo que a pessoa se compreende, assim como a disposição que a mesma apresenta em ser verificada pelas outras pessoas. Já para o campo da psicologia, a forma da identidade de gênero pode ser classificada em diversas frequências, entre masculinidade e feminilidade, as quais podem variar ao decorrer da vida. Ao contrário, erroneamente do que se pensava no passado, a identidade de gênero não é um desajuste mental. Entretanto, qualquer afirmação de patologização, ou seja, a afirmação de ser uma “doença” do transgênero, pode representar a violação dos direitos humanos do indivíduo (CROCHIK, 2006).

2 A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO EM QUE AS PLURALIDADES DE DIÁLOGO ENTRE AS PLURALIDADES

Ainda que o movimento homossexual possa ter representado avanços pelas conquistas e ampliações de direitos às diversidades sexuais, a relevância ao sistema de crenças e valores próprios atua como reprodutora e instrumento de negação, dominação e exclusão da lógica de pensamento heterossexual, “como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade” (LOURO, 1999, p. 29). Nesse sentido, é considerável ressaltar que a homofobia parte do preconceito em relação à diversidade sexual, visto que as vítimas pertencem a “diferentes” grupos. Como afirma Louro (2001, p. 29):

[...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia compartilhada com a família e com outros espaços sociais, expressando uma certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa, como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’.

Ao discutir as formas de preconceitos que fazem parte do ambiente escolar o/a educador/a encontra a forma de desprendimento dos preconceitos advindos de uma lógica de acolhimento das diferenças. Omitir-se diante desses temas, mesmo que dividam opiniões, é dar oportunidade ao preconceito dentro da própria escola. Por isso, as instituições escolares necessitam trazer para debates as demandas das pessoas LGBTs.

Com a integração dos novos perfis de estudantes, estão emergindo transformações nas estruturas pedagógicas: da ação docente ao espaço físico. Louro (1999) indica que a escola se constitui como um

espaço de (re)produção de sujeitos padronizados, sendo necessário o investimento e a ressignificação da relação teoria e prática. Em síntese, a missão da escola é educar. Por essa razão, pensar e organizar essa missão exige abordagem ao contexto temporal e sociocultural.

Para isso, Batista (2008, p. 45) afirma que:

Investiga-se e avalia-se a si própria. Sabe onde está e para onde quer ir. Com vias a tal objetivo elabora o Projeto de Escola que é um documento que define a política educacional da escola. A escola deverá estabelecer um currículo adequado aos alunos e ao contexto em que se insere, tendo princípios diferentes dos tradicionais.

Constatar que nos modelos de conteúdos devem estar presentes as questões de identidade sexual e de gênero, significa a escola estar à frente de todos os assuntos a esse respeito. Quanto a isso, as questões referentes à diversidade encontram-se presentes nos mais diversificados assuntos e nas diferentes áreas de conhecimento. Estar mediando e gerindo a gestão pedagógica, é construir relações de equidade e o respeito às diferenças.

Considerando esse contexto:

A educação pode adquirir um papel instrumental de mudança desta realidade de inaccessibilidade a direitos sociais e garantias fundamentais que caracterizam a subcidadania LGBTs. Assim sendo, reconhece-se aqui a sua importância enquanto ciência deslegitimadora dos pré-conceitos e prática emancipadora e libertária dos indivíduos, seguindo-se o ideal freiriano (NUNES, 2015, p. 204).

As discussões, se mediadas pelas orientações docentes, garantem o respeito e a participação conjuntamente com a finalidade de desconstruir preconceitos e a discriminação. Ao observar as discussões sobre a diversidade sexual, retoma-se a pedagogia do oprimido na reflexão-ação-reflexão docente na qual Freire, (2014, p. 60) aborda as questões: "saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber". Diante dessa prática o docente estaria atento aos movimentos da contemporaneidade, também com olhar às subjetividades individuais e coletivas as quais necessitam estar em par com o respeito e a autonomia de ser.

Louro (1997) evidencia a instituição de ensino como espaço em que as desigualdades se caracterizam. Desta forma, incumbida em classificar os integrantes discentes, assim, a instituição de ensino ordena e hierarquiza de acordo com a heteronormatividade que é vista como "a ordem sexual, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero" (MISKOLCI, 2012, p. 46-47).

Buscar pelo rompimento da lógica conservadora e machista, enraizada na sociedade, é o princípio para que a escola desconstrua as ações conservadoras. Para Freire (1996), a autonomia é uma perspectiva pedagógica para desconstruir o transgressor da natureza humana.

As concepções freireanas sobre o respeito, a autonomia e a ética aos educandos, bem como a pertinência da gestão pedagógica apontam a emergência da conscientização da sociedade contemporânea a respeito da diversidade sexual. Ao docente, cabe gerir a prática e acolher as singularidades, interpretar as subjetividades proporcionando autonomia para que se desconstruam os “padrões” e se ultrapassem as condutas culturais consideradas corretas pela sociedade.

Para alcançarmos uma educação que vise a emancipação dos sujeitos, será necessário o diálogo. Estabelecer o horizonte de uma sociedade que contemple todas as subjetividades e rechace toda e qualquer forma de discriminação à violência LGBTs nas escolas, os docentes, enquanto gestores pedagógicos da sala de aula, precisam ser eficientes na resolução de tais problemas.

Diante disso, entende-se que a escola, enquanto instituição, ainda é fundamental na disciplinarização dos corpos, na contemporaneidade; por esse viés, verifica-se que a escola tem fundamental papel na construção da subjetividade dos sujeitos. Subjetividade que também é trabalhada pelas mídias, na formação de sujeitos consumidores com mais possibilidades de obter sucesso profissional; a diferença aqui é que a escola pode ser regulada bem como seus docentes, através do currículo e sua forma de aplicação; ou seja, a estrutura da escola pode ser modelada (LOURO, 1999).

Logo, a escola é vista como palco e meio de luta, em que, ao mesmo tempo que é instrumento disciplinador da sociedade é também meio que disponibiliza as discussões, possibilitando autonomia e criticidade. Tal importância, da escola, justifica o interesse de movimentos como o Escola Sem Partido (ESP) – o qual intitula-se apartidário, constituído, porém, por ideais políticos capitalistas e conservadores, cuja bandeira e pauta foram transformadas em projetos políticos apoiados por vereadores, deputados e demais políticos que se denominam antiesquerdistas (KATZ; MUTZ, 2017) –, com o intuito de tomar medidas que inibam e controlem a sociedade, através de uma educação coerciva.

Outra crítica que se aponta é o papel que a escola vem desempenhando, uma vez que ela foi pensada enquanto uma das instituições necessárias ao disciplinamento e a formação de classes trabalhadoras, com a função principal de disciplinar e formar trabalhadores(as) sob a perspectiva capitalista: o que justifica, na medida em que a escola passa a configurar um modelo de educação que ascende a classe operária, passa, imediatamente, para status de inimiga do desenvolvimento econômico do país, e a função normalizadora passa a ser vista como empreendedora.

Dentro dessa perspectiva, o movimento escola sem partido se torna a voz, sob o manto da neutralidade empreendedora, de setores conservadores, empenhados na manutenção das hierarquias e dos sistemas de valores ditados pelo capitalismo, pregando, coercivamente, o ajuste da sociedade ao modelo hegemônico. Assim:

Espaços formais de educação são confundidos com espaços informais, e pessoas não especializadas em discussões pedagógicas questionam a autonomia escolar e o exercício da docência – ferindo por sua vez os princípios legais da liberdade de ensino, do pluralismo de ideias e da tolerância (JÚNIOR *et al.* 2018, p. 102).

Nesse contexto – para convencer as pessoas – são apresentadas como bandeiras noções de valores relacionadas à família, infância e tradição, empregadas ao senso comum para justificar a desigualdade social, a aniquilação de direitos e a própria manutenção dos privilégios de algumas esferas. Contudo o estudo não se aprofunda nas ideias que sustentam este movimento que atribuindo à esquerda a ideia de negação a tudo que corresponde/considera tradicional/normal: como a família constituída pelo relacionamento heterossexual e o cristianismo.

Essa conjuntura também retrata a situação da educação, na atualidade, conforme pontuam Santos e Veiga (2020, p,303), para os quais “a escola, instituição essencial para análise e crítica as diferentes formas de opressão social e de violência simbólica, deve estar aberta para o debate e para as diferentes concepções de mundo”, representando, através de vários olhares, uma forma de enfrentamento e defesa da educação para que os(as) professores(as) possam entender o contexto que os transforma em “inimigos da família e das crianças”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo realizou uma revisão sistemática, sobre as principais questões de identidade sexual e de gênero na educação. Assim sendo, a pesquisa possui caráter descritivo/interpretativo, pois segundo Gil (1999), esse tipo de estudo busca não somente descrever as características de populações ou fenômenos, mas interpretá-los.

Para o levantamento de dados, foi utilizado uma abordagem a partir da análise da produção científica brasileira, realizada neste estudo, sobre identidade sexual e de gênero, com base em dados utilizados pelas técnicas bibliométricas. Moraes (2013) afirma ser a pesquisa bibliométrica uma análise para as produções científicas, o que permite a sustentação para a produção de novos trabalhos. Neste estudo, buscou investigar dados em séries quantitativas e temporais, para que fossem apontadas as principais demandas de análise num determinado período de tempo. Na sequência, esta abordagem foi embasada

pelas análises dando sentido à interpretação, as quais, segundo Bardin (2011), uma vez que pautadas por inferências que buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

Os dados, analisados neste estudo, foram coletados na Base de Dados EDUCA do portal da biblioteca da Faculdade de *Educação* – Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG¹. Esta pesquisa foi realizada durante o mês de maio e junho do ano de 2019.

A partir da coleta de dados, foi desenvolvida uma planilha eletrônica com o objetivo de sistematizar as seguintes informações da Base de Dados EDUCA: (I) Total de periódicos selecionados; (II) considerados periódicos de ciências humanas; (III) critérios de inclusão: os *artigos* escritos em Português; (IV), identificar artigos que contemplassem o tema “identidade sexual e de gênero”; (V) categorizar por área sob a perspectiva de análise de conteúdos de acordo com Bardin (2011); para o qual, trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a discursos extremamente diversificados, enriquecendo a tentativa exploratória, procurando conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras ou mensagens transmitidas.

Tratou-se, portanto, de uma análise de conteúdo que permitiu a leitura profunda dos textos selecionados, que direcionando à descoberta das relações existentes entre o significado do discurso e os aspectos exteriores, permitindo a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo.

4 ANÁLISE DE DADOS

A principal forma de análises, para contemplar o objetivo deste estudo, foi a pesquisa que elaborou levantamentos sobre estudos anteriormente publicados.

A primeira (I) análise do estudo se concentra nos principais periódicos brasileiros em Educação, destacando os seguintes dados: neste primeiro momento de seleção, foram considerados oitenta artigos de interesse.

Na segunda (II) inserção, foram selecionados periódicos de ciências humanas, sob o critério de inclusão aqueles que contemplavam a identidade sexual e de gênero na escola de Educação Básica

Ao considerar o terceiro (III) critério de inclusão, foram selecionados os *artigos* escritos em português, língua materna brasileira.

¹ Disponível em: <https://www.biblio.fae.ufmg.br/educa/conteudo.html>

O quarto (IV) critério utilizado, constituiu em identificar quais dos periódicos pré-selecionados contemplavam a temática, “identidade sexual e de gênero”. Em vinte e seis artigos, foi possível identificar, no resumo, o assunto identidade sexual e de gênero na sala de aula da Educação Básica.

O quinto (V) critério consistiu em realizar a classificação dos vinte e seis artigos, analisando as linhas de estudos neles caracterizadas. Na sequência, foi apresentada a análise de conteúdos sob a perspectiva de Bardin (2011), o qual destaca que a categorização é um procedimento de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Para dar continuidade ao estudo, sobre os aspectos qualitativos, após a categorização dos temas emergentes, foram trabalhadas sob a perspectiva de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a classificação por semelhança, seguindo critérios previamente estabelecidos, ou definidos no processo, os quais, segundo Bardin (2011), originam categorias temáticas, através das quais cada conjunto de categorias fundamenta-se em critérios.

O momento da descrição é, sem dúvida, de extrema importância na análise de conteúdo, pois é o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. Uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, é preciso comunicar o resultado deste trabalho.

Na fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises, dando sentido à interpretação, uma vez que, as interpretações, pautadas em inferências, buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras, para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados (BARDIN, 2011).

Conforme mencionado anteriormente, esta produção é uma pequena reflexão sobre a incorporação do debate, a respeito das diferenças no cotidiano escolar, na Educação Básica e nos currículos de formação de docentes.

Diante do raciocínio de que as diferenças contribuem para as opressões, uma vez que reforçam a posição de favorecimento ao padrão normativo, cultural hegemônico, no qual o “diferente” é posicionado como o inferior, a contraposição ao público LGBT, nas escolas não deve ficar condicionada, conforme afirmam Groff, Maheirie e Mendes (2015, p. 1440), “[...] às decisões do campo consensual ou às legislações que intencionam silenciar as diferenças e a pluralidade dos modos de vida presentes no universo escolar”. Enquanto profissional da educação, ao docente cabe promover reflexões e discutir estratégias para que as instituições escolares, na representatividade docente, exerçam, a partir de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas, temas que envolvam a questão das diferenças.

Promover discussões, a fim de ampliar olhares sobre as diferenças, contribui para o entendimento e a compreensão de que construímos uma cultura pautada na discriminação e na intolerância às diferenças

(CANDAU, 2012). A identidade é marcada por diferenças que são constituídas no seio da cultura, que atribuem sentido de acordo com a cor da pele, o sexo e a posição de gênero assumida. Nesse contexto, apresenta-se o esclarecimento de que a escola pode tanto dar continuidade a preconceitos e estereótipos como favorecer a criação de espaços em que se discutam as diferenças e o respeito às diversidades.

Diferenças sobre as desigualdades são apresentadas na escola tanto quanto as memórias, apresentadas por familiares que consideram a homossexualidade como ato depreciativo de vivências humanas. A escola, desde seu início, exerce, com naturalidade, uma função distintiva, conforme pode ser observado através das evidências, "a escola se nega a perceber e a reconhecer as diferenças entre alunos, mostrando-se 'indiferente ao diferente', em relação aos estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros" (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

Em complementação, Bento (2011) sustenta que a escola é uma das instituições que demonstra incapacidade de aceitar as diferenças. É na escola, portanto, que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzidas. Da mesma forma, observa-se que a construção de diferenças na escola está atravessada por todas as práticas, "que tão ou mais importante do que é dito, é o que não é dito, aquilo que é silenciado. O silêncio, no caso das diferenças de gênero e sexo, além de reproduzir a discriminação, parece ser a garantia de uma ordem" (LOURO, 2008, p. 67).

Considerado a escola como espaço público, o qual é marcado pela convivência entre as diferenças e, mais do que identificar e nomear a norma, ela pode levar à obviedade que intercala as diferenças e a forma de olhar. Lopes (2013) aponta que as diretrizes, ao redimensionar as definições e padronizações da sexualidade, criam o diálogo transversal sobre as diversas possibilidades de se adentrar e dar sentido ao assunto. Com isso, novos conceitos estão sendo abordados na busca de assertivas e alternativas para que as diferenças sejam problematizadas em ambientes sociais, sobretudo na escola.

Enquanto resultados, após profunda análise interpretativa dos textos selecionados para este estudo, não foi difícil perceber a permanência do conservadorismo e da resistência de inclusão do público LGBT na gestão do processo pedagógico. Percebe-se que o papel da escola, no que se refere à diversidade sexual, se reforça através do silêncio é fortalecido os mecanismos dominantes da heteronormatividade. Além disso, acrescenta-se a negação na abordagem comum da homossexualidade e as diversas expressões realizadas pela escola, que transparecem pelos limites de tolerância e de respeito com os pares, omitindo as diversas subjetividades dos seres que constituem suas próprias singularidades.

O respeito, o reconhecimento de singularidades de indivíduos e grupos e a valorização da pluralidade cultural não só podem humanizar a construção do conhecimento, como também podem se revelar fatores indispensáveis para se desenvolverem a criatividade e o pensamento crítico e consciente. O respeito à diversidade é elemento imprescindível

para se garantir a formação para cidadania e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem – convém repetir, em favor de cada pessoa (JUNQUEIRA, 2009, p. 388).

Ademais destas diferenciações, o que se nota é que o argumento relatado nos textos aponta a sociedade como responsável por reproduzir valores culturais que se agregam a sexualidade biológica como a “normal”. Ao considerar esta premissa, percebe-se os desafios, de se construir uma educação que reconheça as diferenças, isso é, a diversidade sexual e a identidade de gênero em sua pluralidade.

Outro desafio apontado se refere aos discursos predominantemente religiosos e repressivos, dos quais emergem o monogâmico como o idealizado e aceito. Segundo Chauí (1985, p. 9): “A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”. Consequentemente, trabalhar com a base nas demandas das diversidades sexuais e das identidades de gênero, protagonizados pelo ambiente escolar, é o que propõe gerir o pedagógico, ou seja, suporte pedagógico.

Pensar eticamente sobre que discursos da diferença estão nas salas de aula, na pedagogia e como a educação pode pensar sobre isso. Um outro é pensar as estruturas da contradição/desaprovação/negação dentro da educação ou a rejeição – quer seja curricular, social ou pedagógica – para empenhar uma percepção traumática que produz o sujeito da diferença como uma quebra/ruptura/um rompimento com o exterior do estado normal (BRITZMAN, 2000, p. 92).

Vale ainda considerar as diferenças inerentes ao processo educativo, ressaltadas pelos autores, de que a escola se omite em perceber e a identificar as diferenças, mostrando-se “indiferente ao diferente”; uma vez que professores/as costumam dirigir-se aos estudantes como se ali não houvesse um gay, uma lésbica, um/a bissexual, desconsiderando a identidade sexual.

As questões referentes à sexualidade não se limitam ao individual, ao contrário, buscam compreender as atitudes e os valores coletivos, considerando a necessidade de contextualizar os aspectos culturais. Por meio das convivências é que se definem – por exemplo – as relações de gênero, ou seja, segundo Saffioti (2004), essas descrições definidas de sexualidade como antagônicas, em que a divisão da humanidade deixa categorizados dois grupos, que apresentam oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.

Considerável à postura de educadores, tornam-se necessárias, reflexões que busquem os valores democráticos em relação às questões de diversidade, identidade sexual e de gênero. Por meio do trabalho pedagógico podem se transmitir a valorização da equidade entre as múltiplas relações e a dignidade de cada um, individualmente. Compreende-se que, na sociedade, não existem índices para medir a

homofobia, e que “na verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão” (BENTO, 2008, p. 129).

Dar significância às relações de diferenças no espaço escolar, requer atenção à identidade e a maneira de como conduzir o processo e os significados dos comportamentos. Construções diferenciadas, como diversidade/identidade sexual e de gênero, apresentam questões contextualmente existenciais, resultando na desigualdade e nas diferenças, exploradas pela opressão do igualitarismo, apontado pelas formas “democráticas” de relacionamentos em sociedade. Ou melhor, “não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser igual” (BENTO, 2008, p. 131-132).

O conceito de gênero expõe as representações sociais que ainda predominam na contemporaneidade. O uso dessa concepção consentiu no abandono da explicação entre as diferenças existentes, os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Tal demonstração revela que muitos discursos docentes e/ou institucionais estão recheados de moralidade. Por isso, as dificuldades em abordar esse assunto no cotidiano escolar se encontram alicerçadas em barreiras constituídas na exposição de ideias preponderantes – contribuindo – para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (MADUREIRA, 2007).

As recomendações apresentadas à docência, enquanto saberes necessários que contemplem a prática, enfatizam a democracia e a autonomia da escolha do “ser” do educando, assim como o inacabamento de ambos, docente e discente. Freire (1996) destaca que – enquanto docente – necessita-se ter consciência do inacabamento subjetivo diante da ética, respeitar a autonomia do educando, o autor também complementa que o respeito à dignidade se acentua na emergência das temáticas de Identidade de gênero e sexualidade. Diante da pluralidade contemporânea, pode-se tornar exemplo as relações de gênero, sobre as quais Corrêa (2003) identifica – que na atualidade perante a diversidade sexual – docentes e discentes ainda não dispõem de atividades que superem as práticas preconceituosas. Segundo a autora, para além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual, permeiam as questões em que “a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar” (CORRÊA, 2003, p. 133).

A escola designada à sociedade, por sua vez, tem demonstrado atitudes classificatórias além disso ela, se constitui em diferentes configurações de acordo com a classe social que atende. Projetada, inicialmente, para amparar o público específico, ela vagarosamente se reconfigurou para acolher aqueles, de outrora haviam sido negadas. Com a integração, os novos perfis de estudantes estão exigindo transformações nas estruturas pedagógicas, entre elas se incluem a ação docente e espaço físico. Diante da configuração atual, a escola corrobora com as diferenças entre seus participantes. Logo, a natureza

humana é reforçada diante da postura ética, esta transgredida pelas discriminações, inclusive pelo discurso fatalista sobre os conteúdos de identidade de gênero e sexualidade.

Para Butler (2003), as representações contextuais sobre a identidade sexual e de gênero são um ponto centralizado entre as relações culturais históricas. entendimento de diversidade de gênero.

Na nossa cultura, em relação ao parâmetro que rege as identidades de gênero, o conceito comum de transgeneridade é o de uma condição possível de indivíduos assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento. Em outros termos, acontece a transgeneridade quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino (MODESTO, 2013, p. 49).

O termo “transfobia”, por sua vez, é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação, o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneros. Entende-se como transgênero o indivíduo que de alguma forma não se identifica com o seu sexo biológico de nascimento; identifica-se com ambos os sexos ou com nenhum deles (JESUS, 2013).

Frente a tais situações, apresentam-se como necessárias relações do trabalho pedagógico que contemple as subjetividades de cada ser e o compreende pela sua liberdade de ser e estar a pertencer e conviver em condições de equidade. Por conseguinte, a postura do profissional da educação precisa estar de acordo com valores sociais democráticos que garantam a equidade entre as relações de gênero e a dignidade humana de cada um.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar, através de revisão sistemática, as principais questões de identidade sexual e de gênero na educação, essa deve ser também um espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Consideramos que o sentido de gênero, enquanto instituição, se dá através da mídia e da disseminação do discurso, foi possível constatar que descaracteriza a subjetividade docente e autoriza, abrindo espaço para que estudantes de Ensino Fundamental e Médio, donas de casa, pais, mães e responsáveis pelas crianças e adolescentes, padres e pastores, mídia televisiva – digital e redes sociais – ganhem dimensões a ponto de construir verdades que colocam em xeque, ou seja, questionam a subjetividade docente, através de efeitos de dominação.

Diante disso, é preciso estar alerta sobre a disseminação de “verdades” a respeito da educação, que se disseminam sem se preocupar com uma reflexão teórico-epistemológica, são propagadas e tidas como verídicas, devido a suas repetições exaustivas, por diferentes meios e instituições, tratam-se, pois, de reproduções que caem no senso comum.

Em contrapartida, caracteriza-se esses movimentos de retrocesso/de luta para que se mantenha o poder de controle sobre os corpos, acabam também por produzir, através da subversão e resistência desses mesmos corpos, os quais tenta controlar, ao passo que os assuntos tabus passam a ser potencializados nas discussões, reforçando o conceito do cuidado de si.

Nesse cenário, emerge, de forma latente, a necessidade de proporcionar debates sobre a posição social da escola pública no atual contexto da educação.

Portanto, pensar na subjetivação docente torna-se necessário, uma vez que aquilo que nos sensibiliza é também o que move e faz avançar em relação aos saberes e às verdades.

Para tanto, considerando a instituição de ensino – de modo especial –, a educação em sua condição de completude apresenta-se como ferramental, para que se constitua a nossa sociedade que, ao mesmo tempo em que contribui para manter e reproduzir as desigualdades entre as identidades sexuais e de gêneros, também compõe um importante mecanismo de mudança e de aproximação a uma condição mais igualitária entre homens e mulheres.

Uma educação disposta a assegurar a diversidade humana necessita de exercícios, tolerância e respeito ao convívio com a diversidade, por isso, instiga a olhar o outro com olhos de sensibilidade e disposição de alteridade.

A instituição escolar foi constituída na história da humanidade enquanto espaço de socialização do conhecimento formal. O processo de educação vai além do formal, ele possibilita novas formas de pensamento e de comportamento: através das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e a de seus descendentes. Portanto, a escola representa um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências pedagógicas imobilizadoras, mas buscar metodologias que disseminem e dialoguem com o conhecimento contemporâneo.

Nessa direção, as relações de gênero – incluídas no currículo da escola – são fundamentais, porque buscam contribuir com a promoção da igualdade, na medida em que promovem o respeito à diversidade.

Portanto, a escola, enquanto espaço social, tem como função proporcionar a convivência com a diversidade, constituindo-se um espaço de discussão de questões referentes à diversidade de gênero.

Ao final deste estudo, fica como ponto de reflexão a importância das instituições educacionais – enquanto espaço capaz de possibilitar uma rede dialógica entre professores, equipe gestora, pais, mães

e responsáveis, contemplando a diversidade –, tornando-se, dessa forma, um ambiente inclusivo, através da informação e do respeito com o outro; possibilitando a quebra da barreira do silêncio e firmando-se como um espaço saudável ao desenvolvimento de práticas educacionais que contribuam à plena convivência. Além disso, também é importante refletir sobre a ausência da defesa do debate e da conscientização a respeito da diversidade sexual, para que esta tenha de fato um lugar de fala e de escuta que não seja pautado pela opressão.

Com isso, além de reforçar a defesa e o empoderamento no debate da sexualidade, ao gerir o pedagógico, dentro da sala de aula, o(a) professor(a) poderá desconstituir as tendências religiosas que se propõem a debater sobre a sexualidade unicamente no ponto de vista biológico.

Ao finalizar, propomos que o diálogo sobre a identidade sexual e de gênero se apresente em diversos contextos pondo a transversalidade na documentação pedagógica de classe para que não se mantenha o isolamento, dispondo de abrir espaço à diversidade. Com isso, a ideologia do azul e do rosa: sexualidade e gênero na educação nos remete ao entendimento – cristalizado – de que o comportamento, idealizado, configura-se apenas através do modelo masculino e feminino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e Sexualidade: um diálogo com educadores**. São Paulo: Ícone, 2018.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *In*: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, Lisete Bertotto. **A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3. ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. 2013. Disponível em:** https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio. Acesso em: 17 jul. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. *In:* JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KATZ, Elvis Patrick; MUTZ, Andressa Silva da Costa. Escola sem partido: produção de sentidos e disputa em torno do papel da escola pública no Brasil. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas/SP, v. 19, p. 184-205, jan./mar., 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade. *In:* JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola:** a construção de uma cultura democrática. 2007. 428 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças. Série Cadernos da Diversidade, vol. 6. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MODESTO. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, 49-65, dez., 2013.

MORAES, Romildo de Oliveira *et al.* Gestão Estratégica de Custos: Investigação da Produção Científica no Período de 2008 a 2012. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. **Anais...** São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2013.

NUNES, Lauro Victor. Por uma Educação que Reconheça a Diferença LGBT. **Psicologia política**, v. 15, n. 32, p. 203-210, jan./abr., 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma concepção multicultural de direitos humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun., 2001.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; VEIGA, Karina. Os efeitos do poder usado pelo projeto escola sem partido na docência. **Caderno Gênero Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez., 2020.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; VEIGA, Karina. Os efeitos do poder usado pelo projeto escola sem partido na docência. **Caderno Gênero Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez., 2020.